

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.038.545 - SP (2017/0001043-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ZANINI INDUSTRIA E MONTAGENS LTDA
ADVOGADOS : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO E OUTRO(S) - SP071812
BRUNO GABRIEL BORGES DOS SANTOS - SP286044
DANIELA PEREIRA ALBUQUERQUE - SP330695
AGRAVADO : SANTIN EQUIPAMENTOS TRANSPORTES IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADOS : ROBERTO CÉSAR AFONSO MOTA E OUTRO(S) - SP094934
THAIS FISCARELLI - SP277124
MARCIA DE ARRUDA DESTEFANI - SP257701

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **ZANINI INDÚSTRIA E MONTAGEM LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 216/233 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado: (fl. 152, e-STJ):

Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Determinação para penhora "on line" dos ativos financeiros da executada. Admissibilidade. Inteligência do artigo 655-A do CPC. Determinação de expedição de ofícios para que eventual crédito que a executada tenha perante credores sejam depositados judicialmente para satisfação de sua dívida. Admissibilidade. Decisão mantida. Recurso desprovido.

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando obstar a constrição dos seus bens. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 620 e 655, I, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que (i) a execução tramitou de modo mais prejudicial aos seus interesses; e (ii) a penhora de créditos recebíveis é indevida.

Sem contrarrazões (fl. 211, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de que: **(i)** não foi demonstrada a alegada violação dos dispositivos citados e, por fim; **(ii)** incidência da súmula 07 do STJ.

Daí o presente agravo (fls. 216/233, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Sem contraminuta (fl. 235, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista

a data de publicação do aresto recorrido.

2. No caso dos autos, o Tribunal local manteve a possibilidade da penhora de valores de titularidade da empresa recorrente, bem como de seus créditos recebíveis perante terceiro.

Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 153/155, e-STJ):

"A possibilidade da penhora on line de ativos financeiros tem amparo legal, nos termos do que preceitua artigo 655-A, caput, do Código de Processo Civil:[...] Da mesma forma, **a determinação para que, em caso de ser frustrada a penhora on line, seja oficiado aos devedores da executada para procederem ao depósito judicial de quantia eventualmente devida à executada/agravante deve ser mantida. Referida medida também encontra respaldo no art. 655, I, do CPC, já que objetiva angariar eventual crédito em dinheiro que a executada tenha na praça, com vistas à satisfação do débito. [...]**".

No entanto, a penhora do faturamento da empresa recorrente, no caso, os créditos recebíveis de seus devedores, demanda a presença dos seguintes requisitos: I) inexistência de bens passíveis de garantir a execução ou que sejam de difícil alienação; II) nomeação de administrador (CPC/73, art. 655-A, § 3º); e III) fixação de percentual que não inviabilize a atividade empresarial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

1. Possibilidade de o Tribunal de origem, no exercício do juízo de admissibilidade, denegar o processamento do apelo extremo com fundamento na ausência de contrariedade ou negativa de vigência à lei federal, sem incorrer em usurpação de competência do STJ.

Incidência da Súmula 123/STJ.

2. O acórdão estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que "[...] a penhora sobre o faturamento de empresa é admitida em casos em que se mostre necessária e adequada, desde que observados, cumulativamente, os seguintes requisitos: I) inexistência de bens passíveis de garantir a execução ou que sejam de difícil alienação; II) nomeação de administrador (CPC/73, art. 655-A, § 3º); e III) fixação de percentual que não inviabilize a atividade empresarial" (REsp 1545817/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 27/05/2016). Aplicação do óbice da Súmula 83/STJ.

3. A revisão da conclusão das instâncias ordinárias acerca do percentual de penhora do faturamento da empresa executada, bem como sobre eventual ofensa ao princípio da menor onerosidade ao devedor, demandaria, inevitavelmente, a revisão dos fatos discutidos na lide, providência descabida na estreita via do recurso especial, incidindo o óbice da Súmula 07 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 977.842/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 25/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA SOBRE O FATURAMENTO DA EMPRESA. POSSIBILIDADE. REQUISITOS. PERCENTUAL. REEXAME. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não há vedação legal que impeça, em caráter excepcional, a imposição de penhora sobre o faturamento da sociedade empresária, quando observados os seguintes requisitos: I) inexistência de bens passíveis de garantir a execução ou que sejam de difícil alienação; II) nomeação de administrador (CPC, art. 655-A, § 3º); e III) fixação de percentual que não inviabilize a atividade empresarial.

2. O eg. Tribunal a quo, soberano na análise do acervo fático-probatório carreado aos autos, entendeu que a penhora sobre o faturamento, no importe equivalente a 10%, não implica a inviabilidade do exercício da atividade empresarial. Na hipótese, a pretensão de revisar tal entendimento demandaria revolvimento fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1326847/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 16/10/2018)

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, a fim de determinar ao Juízo de piso que condicione a penhora dos créditos recebíveis perante terceiros ao preenchimento dos seguintes requisitos I) inexistência de bens passíveis de garantir a execução ou que sejam de difícil alienação; II) nomeação de administrador (CPC/73, art. 655-A, § 3º); e III) fixação de percentual que não inviabilize a atividade empresarial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator